## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR REQUERIMENTO Nº\_\_\_\_\_, DE 2025

(Do Sr. Deputado MÁRCIO MARINHO)

Requer realização de audiência pública com o tema "Os potenciais impactos à ordem econômica e aos direitos dos consumidores decorrentes da aquisição, pelo Banco de Brasília (BRB), do controle acionário do Banco Master".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais a realização de uma audiência pública, no âmbito desta Comissão para subsidiar os debates acerca da temática "Os potenciais impactos à ordem econômica e aos direitos dos consumidores decorrentes da aquisição, pelo Banco de Brasília (BRB), do controle acionário do Banco Master", uma transação de grande relevância para o mercado financeiro e para os consumidores.

O objetivo desta audiência é garantir transparência e proteção ao consumidor, analisando os impactos dessa operação sob a ótica da governança corporativa, concorrência e regulação do setor bancário. A discussão também buscará esclarecer possíveis riscos e desafios decorrentes dessa aquisição, permitindo um debate qualificado com especialistas e representantes do setor, além de demais interessados.





Para a ocasião, sugerimos que sejam convidados:

- Paulo Henrique Costa Presidente do Banco de Brasília (BRB);
- 2. **Daniel Vorcaro** Controlador do Banco Master:
- Gabriel Galípolo Representante do Banco Central do Brasil;
- João Pedro Barroso do Nascimento Representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Alexandre Cordeiro Macedo Representante do
  Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); e
- Rubens Harry Born Representante Do Instituto
  Brasileiro de Defesa do Consumidor (SENACON);

## **JUSTIFICATIVA**

O objetivo da audiência pública visa discutir as possíveis implicações lesivas aos consumidores e ao mercado financeiro resultantes da operação de aquisição de 58% do capital total do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB), anunciada no dia 28 de março de 2025.

A referida transação levanta diversas preocupações quanto à transparência, governança pública, proteção ao consumidor financeiro, à segurança das aplicações de pequenos investidores, e ao risco sistêmico envolvendo o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Considerando que o BRB é uma instituição financeira pública, com capital majoritariamente estatal, o uso de recursos públicos para adquirir uma instituição privada, cuja carteira inclui ativos de risco elevado (como precatórios e empresas em recuperação), exige amplo escrutínio.

Além disso, os consumidores que aplicaram recursos em CDBs e produtos financeiros emitidos pelo Banco Master estão potencialmente expostos a alterações na cobertura do FGC e à insegurança jurídica, dada a falta de informações detalhadas sobre os impactos da fusão no conglomerado.

Essa transação de grande magnitude ocasiona a necessidade de uma





análise aprofundada sobre diversos aspectos, incluindo:

- Impacto Financeiro: Analisar os efeitos dessa aquisição sobre a saúde financeira do BRB, considerando possíveis riscos e benefícios para os acionistas e clientes.
- Conformidade Regulatória: Verificar se a operação está em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais órgãos reguladores competentes.

Nesta audiência, os convidados terão a oportunidade de esclarecer os critérios utilizados para essa aquisição, os riscos e benefícios da operação e os impactos para os consumidores e o mercado financeiro nacional.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nossos pares no sentido de aprovar o Requerimento.

Sala da Comissão em, 01 de abril de 2025.

## MÁRCIO MARINHO

Deputado Federal Republicanos/BA



